

FERNANDO HIGOR ALVES CORRÊA SILVA

**AS COOPERAÇÕES INTERNACIONAIS DURANTE  
OS PRIMEIROS GOVERNOS LULA (2003 -2010)**

Artigo apresentado a Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para conclusão do Curso de Relações Internacionais, orientado pela Prof.<sup>a</sup>. Dr. Marisa Silva Amaral.

UBERLÂNDIA

2024

# AS COOPERAÇÕES INTERNACIONAIS DURANTE OS PRIMEIROS GOVERNOS LULA (2003 -2010)

SILVA, Fernando Higor Alves Corrêa<sup>1</sup>

AMARAL, Marisa Silva<sup>2</sup>

## RESUMO

A reconfiguração das relações econômicas e políticas internacionais refere-se a mudanças significativas nas dinâmicas globais que impactam as interações entre países e atores internacionais. Nessa perspectiva, esse estudo buscou investigar o desenvolvimento econômico alcançado durante os primeiros governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) e como o multilateralismo, sobretudo, a cooperação Sul-Sul adotada como traço fundamental da política externa no período dos primeiros governos Lula cumpriram influenciaram no crescimento econômico brasileiro registrado nesse período. A pesquisa possui uma natureza descritiva e histórica que será analisada por um viés hipotético-dedutivo, que incorpora acontecimentos datados tanto após quanto anteriores ao evento em questão. Verificou-se que o Brasil durante os dois primeiros mandatos do governo Lula, alcançou uma posição no rol mundial de grandes nações em desenvolvimento, buscando acordos e relações comerciais favoráveis para o país e seus projetos, ajudando a posicionar o Brasil como uma economia relevante no mundo. Dessa forma, conclui-se que a era Lula é descrita na literatura e em pesquisas sobre economia e relações internacionais, como um período de crescimento econômico que foi base para uma das maiores projeções internacionais do Brasil.

**Palavras-chave:** Cooperação. Governo Lula. Mercosul. Relações internacionais. Unasul. Economia.

## ABSTRACT

The reconfiguration of international economic and political relations refers to significant changes in global dynamics that impact interactions between countries and international actors. From this perspective, this study sought to investigate the economic development achieved during the first governments of President Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) and how multilateralism, especially South-South cooperation, adopted as a fundamental feature of foreign policy in the period of the first Lula governments fulfilled influenced the Brazilian economic growth recorded during this period. The research has a descriptive and historical nature that will be analyzed using a hypothetical-deductive bias, which incorporates events dated both after and before the event in question. It was found that Brazil, during the first two terms of the Lula government, achieved a position in the world list of large developing nations, seeking favorable agreements and commercial relations for the country and its projects, helping

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

<sup>2</sup> Professora Orientadora do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

to position Brazil as a relevant economy in the world. Thus, it is concluded that the Lula era is described in literature and research on economics and international relations, as a period of economic growth that was the basis for one of Brazil's greatest international projections.

**Keywords:** Cooperation. Lula government. Mercosur. International relations. Unasur. Economy.

## 1 INTRODUÇÃO

A reconfiguração das relações econômicas e políticas internacionais refere-se a mudanças significativas nas dinâmicas globais que impactam as interações entre países e atores internacionais. Essas mudanças podem ser impulsionadas por uma variedade de fatores, incluindo avanços tecnológicos, mudanças nas políticas governamentais e eventos geopolíticos (GONÇALVES, 2005).

Existem alguns fatores que têm contribuído para a reconfiguração das relações econômicas e políticas internacionais nos últimos anos, tais como a multipolaridade que o mundo todo vem passando, principalmente pelo processo de transição de um sistema internacional dominado por uma superpotência (os Estados Unidos após a Guerra Fria) para um sistema multipolar, com o aumento da influência de países como China, Rússia, Índia, Brasil e outros (GONÇALVES, 2005).

Esse fator leva a uma maior competição e complexidade nas relações internacionais. Outra questão que tem muito influência é a globalização que já impulsionou muito e continua a impulsionando a interconexão entre países por meio do comércio, finanças, tecnologia e comunicações, o que cria novas oportunidades econômicas, mas também desafios, como a disseminação rápida de crises financeiras e pandemias, como ocorreu em 2020 (MEDEIROS, 2021).

O comércio internacional também é um fator que influencia as relações internacionais, pois as disputas comerciais entre as principais economias, como a guerra comercial entre os EUA e a China, são capazes de reconfigurar os padrões de comércio global, levando a realinhamentos econômicos e políticos (MEDEIROS, 2021). Além disso, as políticas externas, cooperação regional, as mudanças climáticas, a economia digital, questões de segurança nacional e internacional, entre outros fatores, interferem diretamente nas relações internacionais.

Nessa perspectiva, esse estudo buscou investigar o desenvolvimento econômico alcançado durante o governo (2003 – 2010) do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e como o multilateralismo, sobretudo, a cooperação Sul-Sul adotada como traço fundamental da política externa nos dois governos Lula cumpri com relevante papel no crescimento econômico brasileiro registrado no período, assim como com grau de desenvolvimento interno neste país.

Antes de adentrar nas medidas econômicas adotadas pelo governo PT, será analisado o contexto tanto político quanto econômico que precedeu o período de 2003, trazendo análises, principalmente, do governo FHC (1995 – 2002). Além disso, buscou-se analisar as estratégias

de inserção internacional por meio de integrações, principalmente, com países emergentes e sul-americanos, e sua atuação de política externa mais autônoma.

O recorte temporal da pesquisa deu-se porque o início dos anos 2000 foi marcado por um contexto internacional favorável ao comércio devido, principalmente, ao aumento dos fluxos de capitais e intercâmbios tecnológicos. O Brasil conseguiu tirar proveito dessa situação de forma a inserir-se na ordem econômica internacional aumentando sua pauta exportadora baseada em produtos de baixo valor agregado. A economia brasileira especializou-se em setores com capacidades tecnológicas inferiores vantagens comparativas, sendo as commodities seu principal “carro chefe” (CERVO; BUENO, 2010).

Nesse contexto, observou-se um grande “ativismo diplomático” em que Lula aumentou bastante o número de visitas a outras nações, o que intensificou as relações multilaterais e regionais do Brasil, assim como as relações bilaterais, muitas destas que foram traçadas como parcerias estratégicas. O retorno a esse multilateralismo contraria os planos que vinham sendo realizados desde o início da década de 1990, sendo que Lula visou estabelecer cooperações que potencializou a projeção do Brasil no sistema internacional (SILVA, 2015).

No entanto, outros determinantes mais atrelados à política macroeconômica desses governos, limitaram transformações mais profundas na estrutura social brasileira, e determinados interesses nacionais inviabilizaram o aprofundamento em torno dos acordos de cooperação internacional com vistas à construção de um verdadeiro projeto de integração capaz de construir um ambiente de solidariedade que alavancasse o desenvolvimento dos países parceiros.

Após 14 anos do governo PT no comando do Brasil, com o golpe de 2016 houve uma grande ruptura das políticas que estavam sendo seguidas, o que mudou drasticamente a forma como conduzir a política externa brasileira. Se anteriormente tanto Lula (2003 – 2010) quanto Dilma (2011 – 2016) caminhavam para uma política externa cada vez mais autônoma e independente (com seus limites), Temer (2016 – 2018) e Bolsonaro (2019 – 2022) elaboraram e, elaboram, uma política externa mais dependente e submissa à ordem econômica internacional.

Na atualidade, com o retorno do Governo Lula (2023-2026), os economistas e especialistas da área de relações internacionais previam uma instabilidade econômica no país com a possível reaproximação do Brasil com países que no governo Bolsonaro havia deixado de lado. No entanto, observa-se nos meses iniciais desse governo que o presidente vem buscando elevar o perfil internacional do Brasil, promovendo uma política externa ativa e diversificada, baseada na busca por interesses nacionais, na cooperação com países em

desenvolvimento e na defesa de valores como a paz, a justiça social e a sustentabilidade ambiental.

Mediante a essas questões apresentadas, o objetivo geral desse estudo consiste em compreender até que ponto os principais acordos de cooperação levados a cabo durante os governos Lula (2003-2010) colaboraram para, em alguma medida, alavancar o desenvolvimento econômico do Brasil, além de fazer uma análise crítica dos limites desses acordos, tanto no curto quanto no longo prazo (MEDEIROS, 2021).

Os objetivos específicos concentram-se em contextualizar a reconfiguração da política externa traçada pelo governo Lula partindo das mudanças ocorridas no cenário internacional e dos próprios eixos principais da política externa sob FHC; analisar mais detidamente das opções de política externa feitas nos governos Lula, em particular a opção pelo multilateralismo e a centralidade que assume a cooperação Sul-Sul, à diferença dos alinhamentos anteriores; e, elencar e discutir os principais acordos de cooperação firmados nos governos Lula e suas áreas de aplicação, ressaltando as medidas com potenciais benefícios para a economia brasileira.

O estudo se justificativa mediante ao cenário claramente marcado por ampla reconfiguração das relações econômicas e políticas internacionais, onde o Brasil conferiu prioridade ao multilateralismo e assumiu a cooperação Sul-Sul como um dos seus principais eixos de política externa. Nesse sentido, considera-se importante analisar as diferenças entre a linha de atuação internacional dos governos Lula e as estratégias assumidas sob FHC e depois por Bolsonaro, não apenas numa lógica descritiva limitada a enunciar tais diferenças, mas no sentido de melhor compreender os impactos dessas políticas sobre crescimento e desenvolvimento econômicos internos.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa possui uma natureza descritiva e histórica que incorpora acontecimentos datados tanto após quanto anteriores ao evento em questão, no caso dos primeiros mandatos do presidente Lula. Será feita uma revisão bibliográfica para a compreensão do contexto em que Lula iniciou seu governo e o processo que projetou o Brasil internacionalmente, política e economicamente.

Com isso, o trabalho partirá de uma literatura dedicada a avaliar as estratégias de inserção internacional do Brasil, inicialmente por meio do eixo principal da política externa adotada nos governos FHC para, em seguida, tratarmos das transformações no cenário internacional a partir das quais se altera substancialmente a linha da política externa brasileira

a partir do primeiro governo Lula, privilegiando o multilateralismo e a cooperação Sul-Sul, à diferença do que havia sido conduzido até então. Serão tratadas as principais estratégias traçadas pelo governo Lula para alçar o Brasil como potência regional, por meio da UNASUL e o Mercosul.

Em seguida, por meio de documentos oficiais, será tratado mais detidamente dos acordos de cooperação firmados entre 2003-2010, destacando aqueles de maior impacto para as relações internacionais brasileiras e para a estrutura interna em determinadas áreas consideradas estratégicas. Finalmente, serão buscados dados que permitam associar os desdobramentos dos acordos com indicadores de crescimento e desenvolvimento, o que possibilitará a realização de conclusões sobre seus alcances e limites e mesmo sobre o cenário atual.

### **3 ASPECTOS GERAIS DA POLÍTICA EXTERNA DOS PRIMEIROS GOVERNOS LULA**

O processo de horizontalização da política externa brasileira, que teve um ponto de partida importante na administração FHC e trouxe consigo uma dimensão social inovadora, ganhou ainda mais profundidade durante os governos Lula. Isso se deve a uma série de fatores, como a estabilidade econômica do país, a redução da vulnerabilidade econômica e a consequente maior liberdade de ação no cenário internacional. Além disso, houve um compromisso com a reforma social e uma orientação da política externa em direção a uma perspectiva humanista e seu papel como instrumento para o desenvolvimento nacional (CERVO; BUENO, 2010).

Essas mudanças exigiram um esforço significativo de coordenação entre o Estado, os atores sociais, os órgãos subnacionais e o governo em si, bem como mudanças internas no Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty). Dentro do governo, o Executivo concentra o poder na figura do Presidente, mas ele delega aos Ministros a responsabilidade pela execução das políticas, integração de departamentos e busca de apoio político no Congresso, ou seja, a coordenação intragovernamental (SANTOS, 2014).

No entanto, no âmbito da política externa, as transformações mencionadas impulsionaram a "horizontalização" da agenda, com a proliferação de secretarias, diretorias e agências em questões internacionais em outros Ministérios, a criação de Comissões Interministeriais com a participação do Itamaraty e uma competência expandida para todo o

Executivo na formulação e implementação da política externa. Isso reflete a diversificação dos temas de política externa, que agora estão presentes em muitos outros Ministérios e agências, resultando em um novo arranjo institucional e um certo enfraquecimento da centralização do Ministério das Relações Exteriores (MEDEIROS, 2021).

Durante o governo Lula, a maioria dos Ministérios (exceto o MRE e o Ministério da Integração Nacional) estabeleceu secretarias, diretorias ou assessorias de assuntos internacionais. Por exemplo, nos setores de Agricultura, Saúde, Educação e Segurança Pública, que concentraram a maioria dos projetos de cooperação Sul-Sul entre 2000 e 2014, a atuação conjunta dos Ministérios com o Itamaraty desempenhou um papel fundamental na implementação desses projetos (SCHMITZ, 2011).

Além disso, as Comissões Interministeriais com a participação do MRE aumentaram, representando uma mudança significativa na colaboração interministerial. No âmbito internacional, o estudo também considera os mecanismos de cooperação do MRE com governos subnacionais, uma vez que houve um aumento no envolvimento de municípios, capitais e estados brasileiros em assuntos internacionais a partir de 1988. Isso gerou um debate sobre a descentralização da autoridade na formulação da política externa, levando a uma ampliação da diplomacia pública e à necessidade de explicar a política externa para o público interno (SILVA, 2015).

É importante notar que os princípios da política externa do governo Lula influenciaram a interação do Itamaraty com a sociedade civil, bem como a aproximação com a opinião pública. Os principais focos foram as reformas internas no Itamaraty, a cooperação em questões de direitos humanos, meio ambiente e assuntos comerciais, bem como o aumento da participação da sociedade civil em organismos regionais. Muitas dessas iniciativas tinham continuidade em relação ao período da gestão FHC, mas houve inovações notáveis no governo Lula, especialmente no que diz respeito à participação da sociedade civil nas discussões de política externa e às mudanças internas no Itamaraty (VIGEVANI; CEPALUNI, 2011).

O primeiro período do governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi de 2003 a 2010, ao longo de dois mandatos em que marcou um momento de significativas mudanças e rupturas na história do Brasil. Durante sua administração, várias políticas e abordagens inovadoras foram implementadas, que tiveram um impacto duradouro na política, na economia e, principalmente, na posição do Brasil no cenário internacional. Sendo esta, uma das rupturas mais notáveis ocorreu na área da política externa, visto que o governo de Lula adotou uma abordagem mais independente e ativa no cenário internacional (COÊLHO, 2014).

Esse posicionamento do Brasil refletiu em uma maior ênfase na cooperação Sul-Sul, ou seja, a colaboração entre países em desenvolvimento. Além disso, o Brasil se opôs à invasão do Iraque em 2003, estabelecendo-se como uma voz contrária a ações unilaterais. Nesse caso, o governo brasileiro defendeu uma solução diplomática desenvolvendo uma abordagem política baseada nas resoluções da ONU. A postura do Brasil na questão do Iraque contribuiu para melhorar suas relações com outros países que também se opuseram à invasão, como a França e a Alemanha (SANTOS, 2014).

Lula também promoveu uma diplomacia multilateral, fortalecendo as relações com países em desenvolvimento, especialmente na América Latina e na África, ao mesmo tempo que mantinha relações com os Estados Unidos e a União Europeia. Isso fortaleceu a posição do Brasil no cenário internacional e promoveu seu papel como mediador em questões globais, onde os outros países passaram a considerar o posicionamento do Brasil frente a esses conflitos, o que antes do governo Lula não havia tanta representatividade (CERVO; BUENO, 2010).

Outra ruptura fundamental foi o combate à fome e à pobreza. O governo lançou programas sociais abrangentes, como o Bolsa Família e o Fome Zero, que proporcionaram transferências de renda diretas a famílias de baixa renda. Essas iniciativas tiveram um impacto substancial na redução da pobreza e da desigualdade, melhorando as condições de vida de milhões de brasileiros, fazendo com que pessoas de baixa renda pudessem ascender nas classes sociais, conquistando acesso à universidade e casa própria, por exemplo (SILVA, 2015).

Lula incentivou investimentos de industrialização do Brasil para a produção local, fortalecendo setores estratégicos da economia, como o petróleo e gás, sendo a política externa ativa na América Latina também foi um ponto-chave. Lula liderou a região, apoiando governos de esquerda, como o de Hugo Chávez na Venezuela e Evo Morales na Bolívia. Isso contribuiu para uma maior integração regional e a formação de organizações como a UNASUL e a CELAC, o que também chamou a atenção do mundo para o posicionamento do Brasil, dentro da sua própria política regional que seria sua representatividade como nação na América Latina (COÊLHO, 2014).

Além disso, o governo de Lula implementou muitas políticas de inclusão social que abrangeram a educação, saúde e moradia. Criou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) buscando melhorar a infraestrutura do país, que movimentou a construção civil e ampliou a possibilidade de moradia. Tendo também outras iniciativas que incluíram o desenvolvimento de fontes de energia renovável, como o etanol de cana-de-açúcar e a energia eólica, como parte do compromisso com a sustentabilidade ambiental (VIGEVANI; CEPALUNI, 2011).

O governo Lula desempenhou um papel fundamental na transformação do Brasil em um país mais inclusivo, economicamente forte e influente no cenário mundial. Suas políticas e rupturas deixaram uma marca duradoura na história do país e na percepção global do Brasil.

#### **4 ACORDOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL SOB LULA**

Não é possível desconsiderar o significado, no plano político, que a eleição do presidente Lula representou para o Brasil. Afinal, tratou-se da escolha de um líder de origem sindical sustentado por um partido político que, diferente dos demais partidos brasileiros, tem sido capaz de construir e manter uma ampla base de eleitores “identificados” com o Partido (TUDE; MILANI, 2013).

No que diz respeito ao encaminhamento para deliberação do Congresso Nacional dos acordos de cooperação, o protagonismo da gestão Lula, apontado nos estudos de ciência política, economia e internacionalização, como uma posição significativa, principalmente porque o governo Lula decidiu preservar e dar continuidade a alguns acordos negociados e encaminhados pelo presidente Fernando Henrique, que foram considerados relevantes para o desenvolvimento do país. Esse posicionamento foi considerado um diferencial do governo Lula, porque em geral as trocas de gestão não praticam continuidade de projetos anteriores (CERVO; BUENO, 2010).

Assim, na medida em que se amplie a série histórica, muito provavelmente será constatado que parte das ações do presidente Lula foram deliberadas por sua sucessora, como indica alguns acordos aqui referendados, e que ajudam na ascensão do Brasil frente a outras nações do mundo, colocando o país em um status de representatividade mundial, atraindo investimentos e políticas de internacionalização. Nos subtópicos a seguir, será abordado sobre os acordos de cooperação em cada região ou área estabelecidos com o Brasil.

##### **4.1 ÁFRICA**

Durante as duas primeiras gestões do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), o Brasil intensificou seus esforços para fortalecer as relações com os países africanos e distribuiu diversos acordos de cooperação em diferentes áreas. Esses acordos visavam promover o desenvolvimento, fortalecer as relações diplomáticas e ampliar a influência do Brasil no continente africano. Dentre os principais acordos e áreas de cooperação incluem o setor de comércio e investimentos (SCHMITZ, 2011).

Neste período, dos primeiros governos Lula, o Brasil buscou expandir o comércio com países africanos, principalmente com os membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Foram firmados acordos de cooperação comercial e econômica, aumentando as exportações brasileiras para a África e atraindo investimentos para setores estratégicos, como agronegócio, energia e infraestrutura. Além disso, houve também acordos relacionados com a agricultura entre os países (SANTOS, 2014).

Nesse caso, o Brasil investiu seu conhecimento em agricultura tropical com países africanos, promovendo a transferência de tecnologia, treinamento de agricultores e a realização de projetos agrícolas rurais. Isso contribuiu para o desenvolvimento agrícola e a segurança alimentar em várias nações africanas, gerando segurança e estabilidade no país, mas consequentemente para outros países que tem relação e acordos com a África (SILVA, 2015).

No campo da saúde, também foi feito laços políticos, uma vez que no governo Lula, o Brasil expandiu sua cooperação na área de saúde com países africanos, principalmente no que se refere à luta contra doenças tropicais, como a malária e o HIV/AIDS que são problemas de saúde pública na África. Além disso, o Brasil também ofereceu assistência técnica e medicamentos genéricos a preços acessíveis, beneficiando muitos países africanos, e ajudando a estabilizar a situação sanitária (VIGEVANI; CEPALUNI, 2011).

No que tange a educação, o Brasil ofereceu bolsas de estudo para estudantes africanos e parcerias acadêmicas com instituições de ensino superior na África. Isso permitiu a formação de profissionais africanos em diversas áreas e promoveu a educação como um meio de desenvolvimento. E ainda, o Brasil estabeleceu acordos em que os africanos poderiam frequentar as universidades no país e ainda trabalhar de forma regularizada, caso não fosse o objetivo retornar para seu país (COÊLHO, 2014).

No ramo de desenvolvimento em biocombustíveis e energia, como o Brasil também apresentou seu conhecimento a respeito, principalmente na área de biocombustíveis, como o etanol, houve também uma cooperação para o desenvolvimento de tecnologias de produção de biocombustíveis e a expansão de sua utilização em países africanos. Com isso, o governo Lula estabeleceu acordos de cooperação multilateral com a África, além dos acordos bilaterais (WINTER, 2013).

Nessa perspectiva, o Brasil aumentou sua presença nas organizações multilaterais africanas, como a União Africana, com o objetivo de promover uma agenda comum em questões globais e de desenvolvimento sustentável. Esses acordos de cooperação durante o governo Lula desenvolveram para o fortalecimento das relações entre o Brasil e os países

africanos, além de transferências do desenvolvimento econômico e social em várias nações do continente (WINTER, 2013).

#### 4.2 ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

No período dos dois primeiros mandatos do governo Lula, o Brasil e os Estados Unidos mantiveram relações diplomáticas que incluíram acordos e cooperação em diversas áreas. Embora tenham existido desafios e divergências em algumas questões, também houve esforços para fortalecer a relação bilateral. No campo de comércio e investimento, o comércio entre o Brasil e os Estados Unidos aumentou, com ambos os países buscando fortalecer os laços econômicos. Isso incluiu negociações comerciais em andamento, embora não tenha chegado a um acordo de livre comércio (SILVA; SPOHR, 2015).

Em outro campo relevante para o Brasil que é energia e biocombustíveis, houve colaboração na área de energia e biocombustíveis, com destaque para a parceria no desenvolvimento e na promoção do etanol como fonte de energia limpa. Nesse caso, os dois países também trabalharam juntos em iniciativas de energia renovável, ajudando a expandir os 16 conceitos de sustentabilidade em ambos os países, beneficiando inclusive, outras partes do mundo (FERREIRA; CUNHA, 2021).

Na cooperação da agricultura e alimentação, Brasil e Estados Unidos se esforçaram para promover a cooperação em questões relacionadas à agricultura e segurança alimentar, incluindo o intercâmbio de conhecimento em tecnologias agrícolas, o que ajudou inclusive no desenvolvimento tecnológico nessa área, beneficiando o conhecimento nesse campo e ajudando a avançar as questões do agronegócio em ambos os países (SILVA; SPOHR, 2015).

Os programas de intercâmbio acadêmico e bolsas de estudo permitiram que estudantes e pesquisadores brasileiros fossem aos Estados Unidos e vice-versa, contribuindo para a colaboração acadêmica. O Brasil e os Estados Unidos também trabalharam juntos em questões ambientais, como o combate ao desmatamento na Amazônia e a promoção de políticas de conservação e desenvolvimento sustentável. E por isso, durante o governo Lula, houve um esforço para melhorar as relações bilaterais entre os dois países, especialmente após divergências ocorridas no passado (SILVA, 2015).

É importante notar que, embora tenha tido cooperação em diversas áreas, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos também foram marcadas por desafios e divergências, como disputas comerciais e diferenças em abordagens em questões globais, como o Oriente Médio e

o comércio internacional. No entanto, o período do governo Lula também testemunhou esforços para fortalecer e diversificar a cooperação entre os dois países (SILVA; SPOHR, 2015).

#### 4.3 AMÉRICA LATINA

Nos dois primeiros mandatos do governo Lula (2003 a 2010), o Brasil intensificou seus esforços para fortalecer as relações com os países da América Latina, buscando uma maior cooperação em diversas áreas. Alguns dos principais acordos e iniciativas de cooperação do Brasil com a América Latina durante esse período envolvem, por exemplo a iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) (TUDE; MILANI, 2013).

Para isso, o governo Lula apoiou a IIRSA, um programa de desenvolvimento de infraestrutura que visava melhorar a conectividade e a integração regional na América do Sul. Isso envolve projetos de transporte, energia, telecomunicações e integração fronteiriça para promover o comércio e a cooperação entre os países sul-americanos. Esta foi considerada mais uma ação que proporcionou grande visibilidade do governo para o mundo, especialmente ganhando representatividade frente aos países da América Latina (COÊLHO, 2014).

Outro tipo de cooperação realizada foi na área de energia. Nesse caso, o Brasil expandiu a cooperação em energia com países vizinhos, promovendo a exportação de energia elétrica, principalmente através da usina hidrelétrica de Itaipu, compartilhada com o Paraguai, e a interconexão de sistemas elétricos regionais. Com isso, os países da América Latina passaram a ter as ações brasileiras de modelo em relação a energia e sustentabilidade, sendo uma união de força de grande impacto no mundo em relação a essa questão (PECEQUILO; DO CARMO, 2017).

Sobre as cooperações no campo da defesa, o Brasil buscou parcerias na área de defesa com países latino-americanos, promovendo a cooperação na indústria de defesa, treinamento militar conjunto e operações de paz sob a égide da ONU. E nesse caso, o espaço de voz na ONU também colocou o Brasil em uma posição de destaque e visibilidade, atraindo investimentos de muitos países, uma vez que o Brasil demonstrou nesse período o cuidado com a população brasileira do ponto de vista social e humanitário (PAZ, 2015).

Houve também os programas de educação que abrangeram a América Latina, visto que o governo brasileiro promove a cooperação na área de educação, incluindo a formação de profissionais latino-americanos no Brasil, o ensino acadêmico e a promoção do português como segunda língua. E além das questões de cooperação o Brasil também serviu de exemplo quando criou o bolsa família como modelo social, visto que esse programa fornece assistência

financeira a famílias de baixa renda, serviu como modelo para programas de transferência de renda em outros países latino-americanos (SCHMITZ, 2011).

Esses acordos e iniciativas de cooperação promovidos pelo governo Lula refletiram sobre o compromisso do Brasil em aprofundar as relações com seus vizinhos na América Latina, fortalecer a integração regional e promover o desenvolvimento sustentável da região. Essas ações se desenvolveram para uma maior estabilidade política e econômica na América Latina e para o fortalecimento das relações diplomáticas entre os países da região (PAZ, 2015).

Além dessas questões apontadas houve também a integração econômica e comercial do Brasil com a América Latina, o que permitiu a participação de iniciativas como o Mercosul (Mercado Comum do Sul) e Unasul (União de Nação Sul-Americanas), que buscaram fortalecer as relações comerciais bilaterais com países vizinhos, e que serão comentadas separadamente nos subtópicos a seguir.

#### **4.3.1 Unasul**

A Unasul é uma organização que buscava promover a integração política e econômica na América do Sul, e nesse caso, o Brasil desempenhou um papel fundamental na criação e fortalecimento da Unasul. O governo Lula apoiou iniciativas da Unasul para lidar com questões regionais, como conflitos fronteiriços e cooperação em segurança e defesa, na qual tiveram apoio do governo para se fortalecerem entre todos os países da América do Sul (PECEQUILO; DO CARMO, 2017).

A Unasul foi fundada em 23 de maio de 2008, durante uma cúpula em Brasília, sob a presidência do presidente Lula. Ele desempenhou um papel ativo na criação e consolidação da organização como um espaço de integração política e econômica na América do Sul. Durante o governo Lula, a Unasul foi vista como um meio de promover a integração regional na América do Sul. A organização abordou questões como comércio, infraestrutura, energia e questões políticas na região (PAZ, 2015).

Em relação aos conflitos, a Unasul desempenhou um papel importante na resolução de conflitos políticos na região. Por exemplo, a organização foi fundamental na mediação da crise entre a Colômbia e o Equador em 2008, que foi obtida em um acordo para resolver os prejuízos bilaterais. Com isso, a cooperação em defesa foi necessária, visto que a Unasul também promoveu a cooperação em defesa e segurança entre os países da região. O Conselho de Defesa da Unasul foi implementado durante o governo Lula e ajudou a coordenar políticas de defesa e segurança regionais (PECEQUILO; DO CARMO, 2017).

Houve também discussões sobre temas regionais com a participação do governo Lula, onde a Unasul discutiu e buscou soluções conjuntas para questões regionais, como o combate ao tráfico de drogas, desenvolvimento sustentável e questões de direitos humanos. Nota-se que a Unasul passou por desafios e mudanças desde o final do governo Lula, incluindo a criação da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a suspensão da participação de alguns países membros, como o Brasil, em 2018 (PAZ, 2015).

#### **4.3.2 Mercosul**

Durante esse primeiro período do governo Lula, o Mercosul (Mercado Comum do Sul) desempenhou um papel importante nas relações internacionais do Brasil e na integração regional da América do Sul. Dentre essas relações estabelecidas, o governo Lula manteve o compromisso do Brasil com a integração regional no âmbito do Mercosul. Durante esse período, houve esforços para consolidar e fortalecer o bloco como uma união aduaneira e mercado comum (CAVALCANTE; LIMA, 2013).

Ocorreu também a expansão do comércio, uma vez que o Mercosul continua a desempenhar um papel fundamental nas relações comerciais do Brasil com outros países membros, como Argentina, Uruguai e Paraguai, bem como em negociações comerciais com terceiros países e blocos econômicos. Nesse caso, o governo Lula buscou ampliar as negociações comerciais do Mercosul com outros países e regiões. Isso incluiu a busca por acordos de livre comércio com a União Europeia e a promoção de diálogos comerciais com países da África, Oriente Médio e Ásia (PECEQUILO; DO CARMO, 2017).

Durante esse período, também houve esforços para promover a integração energética na região, com destaque para a interligação das redes elétricas dos países membros, ocorrendo uma cooperação política para tal. Nesse período, o Mercosul também teve um componente político importante, e no governo Lula, o bloco participou de iniciativas regionais para abordar questões políticas e de segurança, incluindo a mediação de conflitos em outros países da América do Sul (CAVALCANTE; LIMA, 2013).

No período em que o governo Lula estabeleceu cooperações com o Mercosul, o mesmo também apresentava desafios, incluindo diferenças políticas e comerciais entre os países membros, como a disputa comercial entre Brasil e Argentina, relacionada a medidas protecionistas. Essas controvérsias foram discutidas e, em alguns casos, resolvidas dentro do próprio bloco, sempre com o apoio brasileiro para o desenvolvimento da organização (SILVA; BRANCHER, 2015).

No geral, durante o governo Lula, o Mercosul desempenhou um papel importante na promoção da integração econômica e política na América do Sul. A região testemunhou avanços na integração comercial, energética e política, embora também tenha enfrentado desafios e controvérsias ao longo desse período.

#### 4.3.3 Brics

O BRICS é um fórum de cooperação que busca abordar questões econômicas, políticas e sociais globais de interesse comum. Durante o governo Lula, o Brasil trabalhou na consolidação desse grupo, desempenhando um papel fundamental na promoção e no fortalecimento do BRICS, um agrupamento de países emergentes composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Alguns dos principais aspectos relacionados ao BRICS durante o governo Lula, podem ser citados desde a sua criação (WINTER, 2013).

A ideia de criar o BRIC foi proposta em 2001 por um economista da Goldman Sachs, e os líderes desses quatro países realizaram a primeira cúpula do BRIC em 2009, em Ecaterimburgo, Rússia. Durante esta cúpula, o grupo discutiu questões econômicas globais e a necessidade de reformar as instituições financeiras internacionais. Em 2010, durante a presidência de Lula, a África do Sul foi convidada a se juntar ao grupo, transformando o BRIC em BRICS. A inclusão da África do Sul expandiu a diversidade e a representatividade do grupo (SILVA, 2013).

Em relação a cooperação econômica, o BRICS focou em questões como a reforma do sistema financeiro internacional, a promoção do comércio e o fortalecimento das moedas nacionais dos países membros. O grupo também discutiu medidas para enfrentar a crise financeira global de 2008. Além de questões econômicas, o BRICS também discutiu questões de política externa, como a busca por soluções diplomáticas em conflitos internacionais, a promoção do multilateralismo e a reforma das Nações Unidas (WINTER, 2013).

Além disso, houve também o surgimento de novos Bancos de Desenvolvimento durante o governo Lula, onde os países do BRICS concordaram em estabelecer o Banco dos BRICS, que mais tarde se tornou o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB). O NDB tem como objetivo fornecer financiamento para projetos de desenvolvimento nos países e em outras nações, o que promoveu um grande avanço para todos os países envolvidos nesse grupo economicamente (CAVALCANTE; LIMA, 2013).

Para isso, os líderes do BRICS realizam cúpulas anuais para discutir questões de interesse comum e coordenar posições em questões globais. Dessa forma, durante o governo

Lula, o Brasil desempenhou um papel de liderança na promoção do BRICS como um grupo de países emergentes e no fortalecimento da cooperação econômica e política entre seus membros. O BRICS continua a crescer em influência global e se tornou um fórum importante para discutir questões econômicas e políticas internacionais (SILVA, 2013).

#### 4.4 EUROPA

O Brasil também manteve e expandiu suas relações de cooperação com países e instituições europeias em várias áreas, incluindo com a União Europeia (UE) e nações europeias individualmente durante o governo Lula. Alguns dos principais aspectos dos acordos de cooperação entre o Brasil e a Europa durante esse período incluem, por exemplo, o acordo de associação UE-Mercosul, a cooperação em tecnologia e inovação, cooperação em energia sustentável e acordos bilaterais (SARAIVA, 2013).

No que tange ao acordo de associação UE-Mercosul, durante o governo Lula, as negociações entre o Mercosul (bloco regional sul-americano composto por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) e a União Europeia avançaram. Essas negociações culminaram na assinatura do Acordo de Associação UE-Mercosul em 2019, após mais de 20 anos de negociações. Esse acordo visa promover o comércio e a cooperação econômica entre as duas regiões (CAVALCANTE; LIMA, 2013).

Já as cooperações em tecnologia e inovação, o Brasil buscou parcerias com países europeus e instituições de pesquisa para promover a cooperação em ciência, tecnologia e inovação. Programas conjuntos de pesquisa e desenvolvimento foram desenvolvidos, incluindo projetos nas áreas de energia renovável, saúde e tecnologia espacial. Mais uma vez o Brasil se mostrou no rol de países que discutem essa causa de energia e sustentabilidade de é tão importante não somente para o Brasil e Europa, mas para todo o mundo (SARAIVA, 2013).

Com a cooperação em energia sustentável, a Europa e o Brasil compartilham experiências e tecnologia na área de energia renovável, como a produção de biocombustíveis, energia eólica e solar. Essa cooperação visava promover uma transição para fontes de energia mais limpas e sustentáveis, criando um diálogo político entre o Brasil e a Europa que inclusive se intensificou, abrangendo questões globais como a reforma das Nações Unidas, mudanças climáticas e paz e segurança internacionais. Nesse período, o Brasil buscou uma cooperação mais estreita em questões de política externa com a UE e as nações europeias (FERREIRA; CUNHA, 2021).

Dessa forma, o Brasil participou de programas de cooperação para o desenvolvimento, especialmente na América Latina e África, em parceria com países europeus e instituições europeias. Esses programas buscavam promover o desenvolvimento sustentável, a redução da pobreza e a promoção dos direitos humanos. Nessa época houve a promoção de acordos bilaterais com países europeus, onde o Brasil assinou acordos bilaterais abrangendo diversas áreas, como educação, cultura, ciência e tecnologia (SARAIVA, 2013).

Esses acordos de cooperação entre o Brasil e a Europa durante o governo Lula refletiram o desejo de ambas as partes de fortalecer seus laços econômicos, políticos e culturais e de abordar desafios globais, como o desenvolvimento sustentável, a segurança e o combate às mudanças climáticas. Eles também buscaram estreitamente os vínculos de parceria entre o Brasil, a União Europeia e os países europeus individuais (FERREIRA; CUNHA, 2021).

## **5 RELAÇÕES COMERCIAIS DO BRASIL COM O MUNDO**

O Brasil, durante os primeiros governos Lula (2003-2010) estreitou laços de cooperação com diversos países no Mundo e isso não foi diferente em suas relações comerciais. As relações comerciais do Brasil com o mundo são abrangentes e incluem acordos bilaterais, regionais e multilaterais, além do comércio internacional em geral, fazendo com que o Brasil desenvolvesse uma economia emergente eficiente, desempenhando um papel significativo no comércio global (SILVA; BRANCHER, 2015).

Dentre as bases dessas relações comerciais do Brasil com o mundo, o governo Lula buscou estabelecer parceiros comerciais, sendo que os principais parceiros comerciais do Brasil conquistados incluem a China, os Estados Unidos, a Argentina, a União Europeia e outros países da América do Sul. No rol desses países, a China é o maior parceiro comercial do Brasil em termos de exportações e importações, sendo um parceiro significativo até os dias atuais (FERREIRA; CUNHA, 2021).

Em relação aos produtos exportados, o Brasil é conhecido por exportar produtos como soja, carne bovina, minério de ferro, petróleo, açúcar, café, produtos fabricados e aeronaves. Os produtos agrícolas desempenham um papel importante nas exportações do país. Sendo o setor agrícola um dos pilares da economia brasileira, o mesmo desempenha um papel central nas relações comerciais do Brasil com o mundo e por isso o país é um dos maiores exportadores de alimentos do planeta, sendo beneficiado com os acordos comerciais (SILVA; BRANCHER, 2015).

Durante esse governo, o Brasil também estabeleceu acordos de livre comércio, como o Mercosul, já citado anteriormente, além de o Brasil ser membro da União Aduaneira da América do Sul, fazendo parte de negociações comerciais internacionais, como o acordo entre o Mercosul e a União Europeia. No setor industrial, o Brasil possui uma indústria manufatureira diversificada, incluindo automóveis, produtos químicos, equipamentos de transporte, máquinas e equipamentos, que são produtos exportados para diversos países (SARAIVA, 2013).

No entanto, essas relações comerciais enfrentam desafios e obstáculos, visto que o Brasil passa por desafios no comércio internacional, como questões logísticas e de infraestrutura, burocracia alfandegária, barreiras comerciais de outros países e variações cambiais. Por isso, o Brasil busca manter uma balança comercial positiva, ou seja, exportando mais do que importando, o que é fundamental para a estabilidade econômica do país (FERREIRA; CUNHA, 2021).

Uma das ações para manter a balança comercial positiva envolve o incentivo à inovação, uma vez que o desenvolvimento tecnológico ajuda o Brasil no aumento de sua competitividade no comércio internacional de tecnologia. Além disso, o Brasil é membro de organizações internacionais relacionadas ao comércio, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), onde busca proteger seus interesses comerciais e participar de negociações multilaterais (SILVA; BRANCHER, 2015).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar esse estudo, verificou-se pelos achados da literatura que o Brasil durante os dois primeiros mandatos do governo Lula, alcançou uma posição no rol mundial de grandes nações em desenvolvimento, buscando acordos e relações comerciais favoráveis para o país e seus projetos, ajudando a posicionar o Brasil como uma economia relevante no mundo. Assim, nos primeiros governos Lula (2003-2010), o Brasil fortaleceu suas relações internacionais e firmou acordos importantes de cooperação em várias frentes.

Dentre as principais relações internacionais que marcaram os primeiros governos Lula, estão os acordos com o Mercosul que resultaram em parcerias estratégicas para estabelecer avanços entre os países, colaborando para alavancar o desenvolvimento econômico do Brasil durante esse período, e que refletem inclusive até os dias atuais. Dessa forma, conclui-se que a era Lula é descrita na literatura e em pesquisas sobre economia e relações internacionais como um período de crescimento econômico, sendo base para uma das maiores projeções internacionais do Brasil.

## REFERÊNCIAS

- CAVALCANTE, Thiago; LIMA, Marcos Costa. A política comercial do governo Lula (2003-2010): uma análise comparativa das relações comerciais do Brasil com o Mercosul e com o resto do mundo. **SÉCULO XXI: Revista de Relações Internacionais-ESPM-POA**, v. 4, n. 2, p. 53-72, 2013.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil** Brasília: Ed. UNB. 2010.
- COÊLHO, Vitarque Lucas Paes. **A Esfinge e o Faraó: a política regional do governo Lula (2003-2010)**. Tese de Doutorado. [sn]. 2014.
- FERREIRA, Túlio Sérgio Henriques; CUNHA, Ester Almeida Carneiro da. A política externa brasileira do governo Lula da Silva (2003-2010) nas páginas de CartaCapital e Veja: um estudo comparativo. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 44, p. 209-230, 2021.
- GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Política Internacional** Rio de Janeiro, Ed. Elsevier. 2005.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Atores, conflitos e políticas públicas para o campo no Brasil contemporâneo. **Caderno Crh**, v. 34, 2021.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **G-20 financeiro**. 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/governanca-global/g-20-financeiro>>. Acesso em: 16/06/2021.
- PAZ, Gabrielle S. Integração da América do Sul: o BNDES como agente da política regional do governo Lula. **Anais do**, v. 1, p. 1-21, 2015.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu; DO CARMO, Corival Alves. A política externa brasileira nos governos Lula e Dilma (2003/2014): a América do Sul. **Perspectivas: revista de ciências sociais**, v. 50, 2017.
- SANTOS, Norma Breda dos. A política externa do governo Lula com relação ao conflito Israel-Palestina. **História (São Paulo)**, v. 33, p. 189-216, 2014.
- SARAIWA, Miriam Gomes. Continuidade e mudança na política externa brasileira: as especificidades do comportamento externo brasileiro de 2003 A 2010. **Relações Internacionais**, n. 37, 2013.
- SILVA, Antouan Matheus Monteiro Pereira da. **O BRIC na política externa do governo Lula (2003-2010): do conceito à coalizão**. 2013.
- SILVA, André Luiz Reis. **Geometria Variável e Parcerias Estratégicas: A Diplomacia Multidimensional do Governo Lula (2003-2010)** \*. Revista Contexto internacional, Rio de Janeiro, vol. 37, no 1, janeiro/abril, p. 143-184. 2015.

SILVA, Natasha Pergher; BRANCHER, Pedro Txai Leal. **Economia e política externa: um balanço do governo Lula (2003-2010)**. 2015.

SILVA, André Luiz Reis da; SPOHR, Alexandre Piffero. Os percalços ao diálogo estratégico: as relações entre o Brasil e os Estados Unidos desde 2003. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD. Dourados, MS. Vol. 4, n. 7 (jan./jun. 2015)**, p. 69-91, 2015.

SCHMITZ, Guilherme de Oliveira. **Mapeando a cooperação para o desenvolvimento**. Revista Desafios do Desenvolvimento, Brasília, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, ano 8, n. 65, p. 57, 2011.

TUDE, João Martins; MILANI, Carlos Sanchez. A política externa brasileira em relação ao Fundo Monetário Internacional durante o governo Lula. **Revista brasileira de política internacional**, v. 56, p. 85-103, 2013.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula**. São Paulo: Editora UNESP. 2011.

WINTER, Marcella de Carvalho. 5. A Política Africanista do Governo Lula da Silva (2003-2010). **Cadernos do Tempo Presente**, n. 11, 2013.